

# ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS

Lei Federal n. 13.022/2014



# SUMÁRIO

Lei Federal n. 13.022/2014 .....	3
1. Introdução.....	3
2. Princípios.....	3
3. Competências .....	3
4. Criação .....	4
5. Requisitos para Investidura .....	4
6. Capacitação.....	5
7. Controle.....	5
8. Prerrogativas.....	6
9. Vedações.....	6
10. Representatividade .....	6
11. Outras Disposições.....	7
Resumo.....	8
Exercícios.....	10
Gabarito.....	22

# LEI FEDERAL N. 13.022/2014

## 1. INTRODUÇÃO

A Lei n. 13.022/2014 institui normas gerais para as guardas municipais.

Dispõe o art. 2º:

Lei n. 13.022/2014, Art. 2º Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

## 2. PRINCÍPIOS

São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
- preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
- patrulhamento preventivo;
- compromisso com a evolução social da comunidade; e
- uso progressivo da força.

## 3. COMPETÊNCIAS

É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

O art. 5º especifica a competência das guardas municipais. Estabelece o dispositivo:

Lei n. 13.022/2014, Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

I – zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;

II – prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;

III – atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;

IV – colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;

V – colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;

VI – exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;

- VII – proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;
- VIII – cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;
- IX – interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;
- X – estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;
- XI – articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;
- XII – integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;
- XIII – garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;
- XIV – encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;
- XV – contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;
- XVI – desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;
- XVII – auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários; e
- XVIII – atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos incisos do *caput* do art. 144 da Constituição Federal, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento.

## 4. CRIAÇÃO

O Município pode criar, por lei, sua guarda municipal.

A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal.

É importante ressaltar que municípios limítrofes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.

Exemplo: consórcio entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves.

## 5. REQUISITOS PARA INVESTIDURA

São requisitos básicos para investidura em cargo público na guarda municipal:

- nacionalidade brasileira;

- gozo dos direitos políticos;
- quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- nível médio completo de escolaridade;
- idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- aptidão física, mental e psicológica; e
- idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.



Outros requisitos poderão ser estabelecidos em lei municipal.

## 6. CAPACITAÇÃO

O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades.

Ademais, pode o Município criar órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal. Os Municípios poderão firmar convênios ou consorciar-se, visando à criação desse órgão.

O Estado também poderá, mediante convênio com os Municípios interessados, manter órgão de formação e aperfeiçoamento centralizado, em cujo conselho gestor seja assegurada a participação dos Municípios conveniados.



O órgão de formação e aperfeiçoamento criado pelo Estado mediante convênio com os Municípios não pode ser o mesmo destinado a formação, treinamento ou aperfeiçoamento de forças militares.

## 7. CONTROLE

O funcionamento das guardas municipais será acompanhado por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, mediante: controle interno e externo.

Controle interno: será exercido por corregedoria, naquelas guardas municipais com efetivo superior a 50 (cinquenta) servidores e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro.

Controle externo: será exercido por ouvidoria independente, qualquer que seja o número de servidores da guarda municipal, para receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta.

Ademais, o Poder Executivo municipal poderá criar órgão colegiado para exercer o controle social das atividades de segurança do Município, analisar a alocação e aplicação dos recursos públicos e monitorar os objetivos e as metas da política municipal de segurança e, posteriormente, a adequação e eventual necessidade de adaptação das medidas adotadas diante dos resultados obtidos.



As guardas municipais não podem ficar sujeitas a regulamentos disciplinares de natureza militar.

## 8. PRERROGATIVAS

A seguir traremos importantes prerrogativas das guardas municipais.

A primeira delas é que os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade.

É importante ressaltar que, para ocupação dos cargos da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo para o sexo feminino. A lei municipal que definirá esse percentual.

Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo. O porte poderá ser suspenso em razão de restrição médica, decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente.

É assegurado ao guarda municipal o recolhimento à cela, isoladamente dos demais presos, quando sujeito à prisão antes de condenação definitiva.

## 9. VEDAÇÕES

A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.

## 10. REPRESENTATIVIDADE

É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse dos Municípios, no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.

## 11. OUTRAS DISPOSIÇÕES

As guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, preferencialmente, na cor azul-marinho.

Ademais, é assegurada a utilização de outras denominações consagradas pelo uso, como guarda civil, guarda civil municipal, guarda metropolitana e guarda civil metropolitana.

## RESUMO

- É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.
- O Município pode criar, por lei, sua guarda municipal.
- A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal.
- Municípios limítrofes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.

Exemplo: consórcio entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves.

- São requisitos básicos para investidura em cargo público na guarda municipal:
  - nacionalidade brasileira;
  - gozo dos direitos políticos;
  - quitação com as obrigações militares e eleitorais;
  - nível médio completo de escolaridade;
  - idade mínima de 18 (dezoito) anos;
  - aptidão física, mental e psicológica; e
  - idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.



Outros requisitos poderão ser estabelecidos em lei municipal.

- Pode o Município criar órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal. Os Municípios poderão firmar convênios ou consorciar-se, visando à criação desse órgão.
- O Estado também poderá, mediante convênio com os Municípios interessados, manter órgão de formação e aperfeiçoamento centralizado, em cujo conselho gestor seja assegurada a participação dos Municípios conveniados. O órgão de formação e aperfeiçoamento criado pelo Estado mediante convênio com os Municípios não pode ser o mesmo destinado a formação, treinamento ou aperfeiçoamento de forças militares.
- O funcionamento das guardas municipais será acompanhado por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, mediante:
  - Controle interno: será exercido por corregedoria, naquelas guardas municipais com efetivo superior a 50 (cinquenta) servidores e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro.
  - Controle externo: será exercido por ouvidoria independente, qualquer que seja o número de servidores da guarda municipal, para receber, examinar e encaminhar re-



clamações, sugestões, elogios e denúncias acerca da conduta de seus dirigentes e integrantes e das atividades do órgão, propor soluções, oferecer recomendações e informar os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta.

- Os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade.
- Para ocupação dos cargos da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo para o sexo feminino. A lei municipal que definirá esse percentual.
- A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.
- As guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, preferencialmente, na cor azul-marinho.

## EXERCÍCIOS

A Lei n. 13.022/2014, até o momento, foi pouco cobrada em prova e, por isso, temos poucas questões. Mas fique tranquilo(a), pois essa lei é pequena e fácil de entender. Colocarei a seguir algumas questões para que você possa treinar. Algumas questões foram retiradas de concursos e outras foram elaboradas para te ajudar.

**001.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) Segundo a Lei n. 13.022/2014 (lei que institui normas gerais para as guardas municipais), não é um princípio a ser observado pelas Guardas Municipais:

- a) Proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas.
- b) Preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas.
- c) Patrulhamento repressivo.
- d) Compromisso com a evolução social da comunidade.
- e) Uso progressivo da força.



A questão pede para que seja assinalada a alternativa que não traz um princípio a ser observado pela guarda municipal.

As guardas municipais fazem patrulhamento preventivo, e não patrulhamento repressivo.

Vamos ao dispositivo:

Lei n. 13.022/2014, Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- I – proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
- II – preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
- III – patrulhamento preventivo;
- IV – compromisso com a evolução social da comunidade; e
- V – uso progressivo da força.

**Letra c.**

**002.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) Segundo a Lei n. 13.022/2014 (lei que institui normas gerais para as guardas municipais), é correto afirmar:

- a) A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal.
- b) A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo estadual.
- c) A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Judiciário estadual.
- d) A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Judiciário federal.
- e) A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Legislativo municipal.



Lei n. 13.022/2014, Art. 6º O Município pode criar, por lei, sua guarda municipal.

Parágrafo único. A guarda municipal é subordinada ao chefe do Poder Executivo municipal.

#### **Letra a.**

**003.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) Segundo a Lei n. 13.022/2014 (lei que institui normas gerais para as guardas municipais), não é um requisito básico para investidura em cargo público na guarda municipal:

- a) Nacionalidade brasileira.
- b) Gozo dos direitos políticos.
- c) Quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- d) Nível superior completo.
- e) Idade mínima de 18 (dezoito) anos.



A questão pede para que seja assinalada a alternativa que não traz um requisito para investidura no cargo de guarda municipal.

É necessário nível médio completo para investidura no cargo de guarda municipal, e não nível superior, como trouxe a letra d.

Vamos ao dispositivo:

Lei n. 13.022/2014, Art. 10. São requisitos básicos para investidura em cargo público na guarda municipal:

- I – nacionalidade brasileira;
- II – gozo dos direitos políticos;
- III – quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV – nível médio completo de escolaridade;
- V – idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- VI – aptidão física, mental e psicológica; e
- VII – idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas perante o Poder Judiciário estadual, federal e distrital.

Parágrafo único. Outros requisitos poderão ser estabelecidos em lei municipal.

#### **Letra d.**

**004.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) Segundo a Lei n. 13.022/2014 (lei que institui normas gerais para as guardas municipais), é correto afirmar:

- a) O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal independe de capacitação específica.
- b) É facultada ao Município a criação de órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal.
- c) O Estado não poderá, mediante convênio com os Municípios, manter órgão de formação e aperfeiçoamento centralizado.
- d) As guardas municipais podem ficar sujeitas a regulamentos disciplinares de natureza militar.
- e) Os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por qualquer servidor público.



Lei n. 13.022/2014, Art. 12. É facultada ao Município a criação de órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal, tendo como princípios norteadores os mencionados no art. 3º.

**a) Errada.**

Lei n. 13.022/2014, Art. 11. O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades.

**c) Errada.**

Lei n. 13.022/2014, Art. 12, § 2º O Estado poderá, mediante convênio com os Municípios interessados, manter órgão de formação e aperfeiçoamento centralizado, em cujo conselho gestor seja assegurada a participação dos Municípios conveniados.

**d) Errada.**

Lei n. 13.022/2014, Art. 14, Parágrafo único. As guardas municipais não podem ficar sujeitas a regulamentos disciplinares de natureza militar.

**e) Errada.**

Lei n. 13.022/2014, Art. 15. Os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade.

**Letra b.**

**005.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) Segundo a Lei n. 13.022/2014 (lei que institui normas gerais para as guardas municipais), é correto afirmar:

- a) O controle interno será exercido por corregedoria, naquelas guardas municipais com efetivo superior a 50 (cinquenta) servidores e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro.
- b) O controle interno será exercido por corregedoria, naquelas guardas municipais com efetivo superior a 100 (cem) servidores e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro.
- c) O controle interno será exercido por corregedoria, naquelas guardas municipais com efetivo superior a 150 (cento e cinquenta) servidores e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro.
- d) O controle interno será exercido por corregedoria, naquelas guardas municipais com efetivo superior a 200 (duzentos) servidores e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro.
- e) O controle interno será exercido por corregedoria, naquelas guardas municipais com efetivo superior a 250 (duzentos e cinquenta) servidores e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro.



Lei n. 13.022/2014, Art. 13. O funcionamento das guardas municipais será acompanhado por órgãos próprios, permanentes, autônomos e com atribuições de fiscalização, investigação e auditoria, mediante:

I – controle interno, exercido por corregedoria, naquelas com efetivo superior a 50 (cinquenta) servidores da guarda e em todas as que utilizam arma de fogo, para apurar as infrações disciplinares atribuídas aos integrantes de seu quadro

#### **Letra a.**

**006.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) Segundo a Lei n. 13.022/2014 (lei que institui normas gerais para as guardas municipais), é correto afirmar:

- a) Os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por qualquer servidor público.
- b) Para ocupação dos cargos em todos os níveis da carreira da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo para o sexo feminino, definido em lei municipal.
- c) Aos guardas municipais não é autorizado o porte de arma de fogo.
- d) Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo. Suspende-se esse direito em razão de restrição médica, decisão judicial, justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente ou pela simples vontade do prefeito.
- e) É assegurado ao guarda municipal o recolhimento à cela, isoladamente dos demais presos, quando sujeito à prisão por condenação definitiva.



Lei n. 13.022/2014, Art. 15, § 2º Para ocupação dos cargos em todos os níveis da carreira da guarda municipal, deverá ser observado o percentual mínimo para o sexo feminino, definido em lei municipal.

**a) Errada.**

Lei n. 13.022/2014, Art. 15. Os cargos em comissão das guardas municipais deverão ser providos por membros efetivos do quadro de carreira do órgão ou entidade.

**c) e d) Erradas.**

Lei n. 13.022/2014, Art. 16. Aos guardas municipais é autorizado o porte de arma de fogo, conforme previsto em lei.

Parágrafo único. Suspende-se o direito ao porte de arma de fogo em razão de restrição médica, decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente.

**e) Errada.**

Lei n. 13.022/2014, Art. 18. É assegurado ao guarda municipal o recolhimento à cela, isoladamente dos demais presos, quando sujeito à prisão antes de condenação definitiva.

**Letra b.**

**007.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) Segundo a Lei n. 13.022/2014 (lei que institui normas gerais para as guardas municipais), é correto afirmar:

- a)** A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.
- b)** A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares quanto aos postos, mas pode quanto a graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.
- c)** A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares quanto aos postos e graduações, mas pode quanto aos títulos, uniformes, distintivos e condecorações.
- d)** A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares quanto aos postos, graduações e títulos, mas pode quanto aos uniformes, distintivos e condecorações.
- e)** A estrutura hierárquica da guarda municipal pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos, graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.



Lei n. 13.022/2014, Art. 19. A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.

**Letra a.**

**008.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) Segundo a Lei n. 13.022/2014 (lei que institui normas gerais para as guardas municipais), é correto afirmar:

- a) As guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, preferencialmente, na cor verde camuflado.
- b) As guardas municipais não precisam utilizar uniforme e equipamentos padronizados.
- c) As guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, preferencialmente, na cor azul-marinho.
- d) As guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, obrigatoriamente, na cor azul-marinho.
- e) As guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, obrigatoriamente, na cor azul.



Lei n. 13.022/2014, Art. 21. As guardas municipais utilizarão uniforme e equipamentos padronizados, preferencialmente, na cor azul-marinho.

**Letra c.**

**009.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) Segundo a Lei n. 13.022/2014 (lei que institui normas gerais para as guardas municipais), é correto afirmar:

- a) Não é reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública.
- b) É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional das Guardas Municipais, mas não no Conselho Nacional de Segurança Pública.
- c) É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse dos Estados, no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.
- d) É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais, mas não no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.

e) É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse dos Municípios, no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.



Lei n. 13.022/2014, Art. 20. É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse dos Municípios, no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.

### Letra e.

**010.** (FUNDATEC/GUARDA MUNICIPAL/PREFEITURA DE IMBÉ – RS/2018) Segundo a Lei n. 13.022/2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais, quanto às competências específicas das guardas municipais – respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais, analise as assertivas a seguir, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- ( ) Zelar pelos bens, equipamentos e todos os prédios existentes na área do Município.
- ( ) Prevenir e inibir, pelo uso progressivo da força, bem como coibir com o uso de armas, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais.
- ( ) Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social.
- ( ) Proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F – F – V – V.
- b) V – V – F – V.
- c) F – V – F – F.
- d) V – F – V – F.
- e) V – V – F – F.



As competências da Guarda Municipal estão previstas no art. 5º da Lei n. 13.022/2014.

(F) Zelar pelos bens, equipamentos e todos os prédios existentes na área do Município.

O correto seria: zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município.

(F) Prevenir e inibir, pelo uso progressivo da força, bem como coibir com o uso de armas, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais.

O correto seria: prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais.



(V) Colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social.

(V) Proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas.

**Letra a.**

**011.** (VUNESP/GUARDA CIVIL MUNICIPAL/PREFEITURA DE SUZANO – SP/2018) Nos termos da Lei n. 13.022/2014 (Estatuto Geral das Guardas Municipais), é um princípio mínimo de atuação das guardas municipais:

- a) patrulhamento ostensivo e repressivo.
- b) direito ao uso de armas letais e não letais.
- c) função de assistência social à população carente.
- d) compromisso com a evolução social da comunidade.
- e) comprometimento com a função de segurança pública.



Lei n. 13.022/2014, Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

I – proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;

II – preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;

III – patrulhamento preventivo;

IV – compromisso com a evolução social da comunidade; e

V – uso progressivo da força.

**Letra d.**

**012.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) De acordo com a Lei n. 13.022/2014, assinale a alternativa correta:

- a) Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- b) Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter militar, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- c) Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, não uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- d) Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e desarmadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

e) Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal repressiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.



Lei n. 13.022/2014, Art. 2º Incumbe às guardas municipais, instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas conforme previsto em lei, a função de proteção municipal preventiva, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal.

**Letra a.**

**013.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) De acordo com a Lei n. 13.022/2014, assinale a alternativa correta:

- a) É competência geral das guardas municipais apenas a proteção dos bens municipais.
- b) É competência geral das guardas municipais apenas a proteção dos logradouros públicos.
- c) É competência geral das guardas municipais apenas a proteção das instalações do Município.
- d) É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos estaduais e instalações do Município.
- e) É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.



Lei n. 13.022/2014, Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.

**Letra e.**

**014.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) De acordo com a Lei n. 13.022/2014, assinale a alternativa correta:

- a) O Município pode criar, por lei, sua guarda municipal.
- b) O Estado pode criar, por lei, sua guarda municipal.
- c) A União pode criar, por lei, sua guarda municipal.
- d) O Município pode criar, por decreto, sua guarda municipal.
- e) Independentemente de lei, o Município pode criar sua guarda municipal.



Lei n. 13.022/2014, Art. 6º O Município pode criar, por lei, sua guarda municipal.

**Letra a.**

**015.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) De acordo com a Lei n. 13.022/2014, assinale a alternativa correta:

- a) Qualquer município pode, mediante consórcio público, utilizar os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.
- b) Municípios limítrofes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.
- c) Municípios limítrofes podem, mediante consórcio público e independentemente de reciprocidade, utilizar os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.
- d) Municípios distantes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.
- e) Municípios de qualquer local do Brasil podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.



Lei n. 13.022/2014, Art. 8º Municípios limítrofes podem, mediante consórcio público, utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.

**Letra b.**

**016.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) De acordo com a Lei n. 13.022/2014, assinale a alternativa correta:

- a) O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal não requer capacitação específica.
- b) O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer apenas matriz curricular compatível com suas atividades.
- c) O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular incompatível com suas atividades.
- d) O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal não requer qualquer capacitação.
- e) O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades.



Lei n. 13.022/2014, Art. 11. O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, poderá ser adaptada a matriz curricular nacional para formação em segurança pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça.

**017.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) De acordo com a Lei n. 13.022/2014, assinale a alternativa correta:

- a) A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destinará linha telefônica de número 153 e faixa exclusiva de frequência de rádio aos Municípios que não possuam guarda municipal.
- b) A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) não destinará linha telefônica às guardas municipais.
- c) A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destinará linha telefônica de número 190 e faixa não exclusiva de frequência de rádio aos Municípios que possuam guarda municipal.
- d) A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destinará linha telefônica de número 153 e faixa exclusiva de frequência de rádio aos Municípios que possuam guarda municipal.
- e) A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destinará linha telefônica de número 153 e faixa exclusiva de frequência de rádio aos Estados que possuam guarda municipal.



Lei n. 13.022/2014, Art. 17. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) destinará linha telefônica de número 153 e faixa exclusiva de frequência de rádio aos Municípios que possuam guarda municipal.

**Letra d.**

**018.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) De acordo com a Lei n. 13.022/2014, assinale a alternativa correta:

- a) A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.
- b) A estrutura hierárquica da guarda municipal pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.
- c) A estrutura hierárquica da guarda municipal pode utilizar qualquer denominação.
- d) Não há estrutura hierárquica nas guardas municipais.
- e) A estrutura hierárquica da guarda municipal pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, apenas quanto aos postos e graduações.



Lei n. 13.022/2014, Art. 19. A estrutura hierárquica da guarda municipal não pode utilizar denominação idêntica à das forças militares, quanto aos postos e graduações, títulos, uniformes, distintivos e condecorações.

**Letra a.**

**019.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) De acordo com a Lei n. 13.022/2014, assinale a alternativa correta:

- a) Não é reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse dos Municípios, no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.
- b) É reconhecida a representatividade das guardas municipais apenas no Conselho Nacional de Segurança Pública.
- c) É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse dos Municípios, no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.
- d) É reconhecida a representatividade das guardas municipais apenas no Conselho Nacional das Guardas Municipais.
- e) É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse dos Estados, no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.



Lei n. 13.022/2014, Art. 20. É reconhecida a representatividade das guardas municipais no Conselho Nacional de Segurança Pública, no Conselho Nacional das Guardas Municipais e, no interesse dos Municípios, no Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública.

**Letra c.**

**020.** (QUESTÃO INÉDITA/2019) De acordo com a Lei n. 13.022/2014, assinale a alternativa correta:

- a) É assegurada a utilização de outras denominações consagradas pelo uso, como guarda civil, guarda civil municipal, guarda metropolitana e guarda civil metropolitana.
- b) Não há possibilidade de utilização de outras denominações consagradas pelo uso, como guarda civil, guarda civil municipal, guarda metropolitana e guarda civil metropolitana.
- c) É assegurada a utilização de outras denominações consagradas pelo uso, como guarda civil, guarda civil estadual, guarda metropolitana e guarda civil metropolitana.
- d) É assegurada a utilização de outras denominações consagradas pelo uso, como guarda civil, guarda civil nacional, guarda metropolitana e guarda civil metropolitana.
- e) É assegurada a utilização de outras denominações consagradas pelo uso, como guarda militar, guarda civil municipal, guarda metropolitana e guarda civil metropolitana.



Lei n. 13.022/2014, Art. 22. Aplica-se esta Lei a todas as guardas municipais existentes na data de sua publicação, a cujas disposições devem adaptar-se no prazo de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. É assegurada a utilização de outras denominações consagradas pelo uso, como guarda civil, guarda civil municipal, guarda metropolitana e guarda civil metropolitana.

**Letra a.**

## **GABARITO**

---

1. c
2. a
3. d
4. b
5. a
6. b
7. a
8. c
9. e
10. a
11. d
12. a
13. e
14. a
15. b
16. e
17. d
18. a
19. c
20. a

---

### **Daniel Barbosa**



Coach de concursos desde 2015. Atende carreiras policiais e tribunais (técnico e analista judiciário). Agente de Polícia da PCDF. Aprovado nos concursos da PMDF, da PRF, da PCDF e do MPU. Advogado de 2010 a 2014. Formado em Direito. Pós-graduado em Direito Administrativo.

**NÃO SE ESQUEÇA DE  
AVALIAR ESTA AULA!**

**SUA OPINIÃO É MUITO IMPORTANTE  
PARA MELHORARMOS AINDA MAIS  
NOSSOS MATERIAIS.**

**ESPERAMOS QUE TENHA GOSTADO  
DESTA AULA!**

**PARA AVALIAR, BASTA CLICAR EM LER  
A AULA E, DEPOIS, EM AVALIAR AULA.**

**AVALIAR** 